PROGRAMA DO PSTU EM SANTA CATARINA PARA AS ELEIÇÕES DE 2026

Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
Governador: Marcus Sodré (PSTU)
Vice-governadora: Tatiane Pasdiora (PSTU)

1. APRESENTAÇÃO DOS CANDIDATOS

O PSTU apresenta em Santa Catarina chapa própria encabeçada pelo professor Marcus Sodré, candidato ao Governo do Estado, e pela Tatiane Pasdiora, como candidata a Vice-Governadora. Uma chapa com base em um programa, sem coligações e bem distante do vale-tudo eleitoral. Apresentamos ainda Joaninha de Oliveira e Marcos Dorval para o Senado, Nadir Fernandes e Cristiano Florêncio para Deputado Estadual.

Marcus Alexandre Sodré é graduado em História e professor em escola pública há mais de 25 anos, ativista sindical e político, sempre atuante nas lutas pela categoria dos professores e pela classe trabalhadora em geral, participando das greves e manifestações contra todos os ataques aos direitos da classe, sejam trabalhistas, ambientais, sociais ou das minorias. É casado e pai de um filho e sente na pele as dificuldades que o capitalismo impõe às famílias trabalhadoras.

Tatiane Pasdiora é professora graduada em Sociologia, casada e mãe de uma filha. Atua nas lutas em valorização dos professores e dos trabalhadores em geral. Constrói o Movimento Mulheres em Luta – MML, que luta pelos direitos das mulheres. Uma candidatura presente nas lutas dos trabalhadores, das mulheres, dos oprimidos e em defesa da educação.

As candidaturas do PSTU em Santa Catarina se completam com a candidatura a presidência da república de Hertz Dias e a vice presidente de Vanessa Portugal também pelo PSTU.

2. SANTA CATARINA: UM ESTADO RICO, COM UM POVO POBRE

Santa Catarina é um estado rico. Somos a 6ª maior economia do país, apesar de sermos apenas o 10º estado em número de população e de estarmos apenas em 20º lugar em termos de área. Nosso PIB per capita é o 5º maior entre os estados brasileiros. Somos o 6º estado do país em participação da indústria no PIB. A arrecadação de impostos do

estado tem batido recordes em cima de recordes. Sendo assim, existem condições para garantir vida digna para o conjunto da população, mas não é isso que acontece.

Quase dois terços dos catarinenses sofre com uma ou mais carências básicas: sem acesso a educação básica, falta de moradia adequada, sem acesso ao saneamento básico, sem proteção social ou acesso à internet. Os dados do saneamento básico e, em especial, da coleta e do tratamento de esgotos são alarmantes.

Os acidentes de trabalho em Santa Catarina subiram 19,4% em 2025 em comparação ao ano anterior, os óbitos no trabalho também cresceram 11%, passando para 360 mortes no mesmo período, sendo o quinto Estado com o maior número de acidentes de trabalho do país, apesar da população ser apenas a décima.

Santa Catarina apresenta um cenário alarmante de violência de gênero, liderando o ranking nacional de registros policiais de ameaça contra mulheres, e acumula 52 feminicídios em 2025. Se você é negro a chance de ser assassinado é duas vezes maior do que se você for branco em Santa Catarina.

Para reverter esse quadro de decadência são necessárias medidas urgentes e radicais. Em 2026, Santa Catarina deixará de arrecadar R$ 31,09 bilhões em razão de isenções fiscais adotadas pelo governo Jorginho Melo (PL), o montante equivale a 40% da arrecadação do Estado.

3. O GOVERNO DE JORGINHO MELLO (PL)

O Governo Jorginho Mello já mostrou para que veio: garantir o lucro dos grupos empresariais em Santa Catarina. Na educação, desde o início de seu governo, impôs um duro ataque aos servidores públicos: implantação do novo ensino médio; privatização do ensino; falta de concurso público; contrato precarizado dos professores ACTs; precarização dos serviços de limpeza e merenda escolar; perseguição ideológica de professores; assédio moral e violência escolar se agravando; dificuldades nas perícias médicas, aumento de professores com problemas de saúde mental; confisco de 14% no salário dos aposentados, entre outros.

O Programa Universidade Gratuita aparenta democratização do ensino superior, mas transfere o dinheiro da educação pública para os empresários, deixando de investir na ampliação da UDESC. Defendemos que o Sistema ACAFE seja estadualizado e incorporado à UDESC.

4. AS PROPOSTAS DO PSTU PARA SANTA CATARINA E O BRASIL

As propostas partem do entendimento de que as trabalhadoras e os trabalhadores podem e precisam governar. O primeiro passo de um legítimo governo socialista dos trabalhadores é mudar radicalmente a política econômica, suspendendo o pagamento das dívidas públicas, acabando com as desonerações fiscais e financiamentos subsidiados aos grandes empresários, estatizando sob controle dos trabalhadores o sistema financeiro e as grandes empresas.

4.1 É PRECISO INVERTER AS PRIORIDADES

- O fim das isenções fiscais aos grandes empresários e do pagamento da dívida pública aos banqueiros. Defendemos a cobrança das dívidas dos grandes devedores de tributos e o perdão das dívidas junto aos bancos dos pequenos devedores. Pelo fim da Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo fim dos financiamentos subsidiados aos grandes empresários e pelo fim dos cargos comissionados.
- Por um plano de obras públicas, controlado e fiscalizado pela classe trabalhadora em conselhos populares, para suprir as enormes deficiências de infraestrutura para a maior parte da população: hospitais, postos de saúde, escolas e creches, casas populares, obras de saneamento, investimentos preventivos e para socorro contra as enchentes, vendavais e secas.
- Revogação dos ataques à classe trabalhadora com as reformas neoliberais realizadas nas últimas décadas, de Collor a Bolsonaro: revogação das reformas da previdência de FHC, Lula e Dilma, do governo Temer, revogação da reforma trabalhista, da lei das terceirizações, das restrições ao seguro desemprego, ao abono do PIS, da Emenda Constitucional que congelou gastos com saúde, educação e demais áreas sociais por 20 anos, da reforma do ensino médio e da base nacional comum curricular.
- Não à reforma da previdência! Defendemos uma previdência pública solidária e por repartição que garanta integralidade das aposentadorias, paridade e dignidade. Defendemos a cobrança dos grandes sonegadores da previdência social.
- Demitiu, parou! Fechou a fábrica ou a empresa, ocupou! Seguro-desemprego de dois anos, redução da jornada de trabalho sem redução de salários e estatização sob controle dos trabalhadores das empresas que demitirem em massa. Reajuste mensal de salários de acordo com a inflação do mês anterior.

- Seguro-desemprego de dois anos no mínimo e redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais, sem redução de salários (fim da escala 6 por 1).
- Aumento geral de salários rumo ao salário mínimo proposto pelo DIEESE para 2026, de R$ 8.110,92.
- Contra a precarização e pejotização do trabalho!
- Revogação das privatizações e terceirizações dos serviços públicos e das empresas públicas. Defendemos CELESC, CASAN, SC GÁS, CIASC, EPAGRI e CIDASC 100% públicas e sob controle dos trabalhadores. Somos contrários à privatização da Embraer, Avibras, Vale, Petrobrás, Eletrobrás, Correios e demais estatais.

Combate à Fome: só em 2025 mais de 803 mil catarinenses viviam algum grau de insegurança alimentar, sendo cerca de 209 mil pessoas em situação de fome. Para combater a fome, defendemos: medidas concretas para pleno emprego e renda digna; construção de restaurantes populares; investimentos para fomentar a agricultura familiar; congelamento dos preços dos alimentos, fim dos impostos sobre produtos básicos de alimentação, como o leite.

4.2 EM DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS DAS MULHERES, NEGRAS E NEGROS, INDÍGENAS, LGBTs E IMIGRANTES

4.2.1 Mulheres:

- Salário igual para trabalho igual;
- Fim da dupla jornada e socialização do trabalho doméstico;
- Fim da violência contra a mulher: política para combater os feminicídios e a violência sexual, punição exemplar aos agressores e direito à autodefesa;
- Aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha, construção de Casas Abrigo e Centros de Referência;
- Construção de NEIs (creches) com horário integral;
- Medidas concretas para combater a dupla ou tripla jornada das mulheres, como lavanderias, restaurantes públicos e centros de convivência de idosos;
- Em defesa do direito a decidir, legalização e descriminalização do aborto;
- Licença-maternidade de seis meses e licença paternidade de 45 dias;
- Unidade entre homens e mulheres trabalhadoras contra o machismo e a exploração.

4.2.2 Negras e Negros:

- Combater o genocídio da juventude negra e o feminicídio das mulheres negras;
- Reparações já!
- Desmilitarização da Polícia Militar;
- Formação de conselhos populares de segurança pública;
- Legalização e descriminalização das drogas sob monopólio e controle estatais;
- Salário igual para trabalho igual;
- Direito à autodefesa de negros, indígenas, mulheres e trabalhadores;
- Fim do racismo religioso;
- Titulação das terras de remanescentes de quilombolas;
- Aplicação das Leis 10.639/2003 e 11.645/08 (História da África e Cultura Afro-Brasileira e Indígena);
- Atenção médica às enfermidades com maior incidência entre negros e negras (anemia falciforme, diabetes, miomas, hipertensão);
- Política estatal e humanizada de saúde mental.

4.2.3 Imigrantes:

- Direito à dupla cidadania para haitianos, venezuelanos e todos os imigrantes; punição rigorosa para crimes de xenofobia e racismo;
- Defesa do trabalho, da moradia e da vida digna para todo trabalhador imigrante;
- Pleno direito à sindicalização.

4.2.4 Indígenas:

- Demarcação e homologação dos territórios indígenas;
- Autonomia política das comunidades indígenas;
- Reparações já!
- Interrupção imediata dos projetos hidrelétricos que impactam comunidades indígenas;
- Fim do latifúndio e do agronegócio, em defesa da vida e das culturas indígenas;
- Garantia de ensino diferenciado e políticas de permanência nas universidades;
- Condições efetivas para a produção familiar nos territórios indígenas;
- Segurança das mulheres indígenas nas aldeias e na cidade;
- Saúde diferenciada e de qualidade para a mulher indígena;
- Defesa do Aquífero Guarani: água não é mercadoria;

- Não ao marco temporal.

4.2.5 LGBT:

- Criminalização da LGBTfobia;
- Campanhas que combatam o preconceito e a discriminação;
- Atendimento médico e psicológico às vítimas de violência, casas abrigo, investigação e punição aos agressores;
- Fim da exclusão e discriminação no mercado de trabalho;
- Abaixo à repressão policial LGBTfóbica;
- Respeito à identidade de gênero na saúde, ensino, presídios e demais espaços sociais;
- Direito ao nome social de transexuais, transgêneros e travestis, sem burocracia;
- Acesso amplo à saúde para transexuais, incluindo cirurgia de redesignação sexual e tratamentos hormonais pelo SUS;
- Educação pública que respeite a diversidade de identidade de gênero e orientação sexual;
- Estado laico de fato;
- Direito à União Civil.

4.3 GARANTIR SAÚDE E EDUCAÇÃO PÚBLICAS DE QUALIDADE

Defendemos:

- Dobrar o orçamento estadual da Saúde para oferecer atendimento de qualidade e acabar com as filas, inclusive de médicos especialistas.
- Dobrar o orçamento estadual da Educação para garantir vagas para todas as crianças, com qualidade, nas creches e escolas públicas.
- Lutar pelo investimento nacional de 10% do PIB na área da saúde e mais 10% do PIB na área da educação. Investimento público somente para a área pública e estatal.
- Lutar pela garantia de uma saúde 100% SUS, gratuita e de qualidade. Retomar para o SUS o controle do Hospital Florianópolis e demais unidades entregues a entidades privadas.
- Ampliação das unidades de atenção e hospitais gerais e pediátricos públicos e dos leitos de UTI.
- Estatização das grandes redes de educação e da saúde privada. Saúde e educação são

direitos, não mercadorias.

- Não às privatizações e implantação de OSs (Organizações Sociais), fundações privadas e terceirizações na saúde e na educação.
- Valorização dos trabalhadores da Saúde e da Educação, com abertura de concursos públicos.
- Revogação do atual plano estadual de Educação e construção de um plano com investimento público somente para a educação pública.
- Cumprimento da lei 11.645/08 (História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena), com professores especializados e materiais didáticos; educação de gênero, inclusiva e diversa.
- Democracia nas escolas, com eleição direta de diretores (diretor eleito deve ser diretor empossado, sem filtros), combatendo o "Escola sem Partido".
- Não ao projeto "Escola sem Partido".
- Fim das escolas cívico-militares.
- Garantia de alimentação nas escolas.
- Combate à insegurança alimentar, com alimentação de qualidade nas escolas.
- Paridade do custo-aluno na Educação Básica; ampliação e melhorias dos CEDUPs.
- Por uma UDESC 100% pública, gratuita e de qualidade, com gestão tripartite entre estudantes, trabalhadores e professores; manutenção e ampliação das cotas étnico-raciais, sociais e para pessoas trans.
- Estatização e federalização das instituições privadas do sistema ACAFE.
- Não à implantação da Reforma do Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular.
- Por uma educação e desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas. Abaixo o negacionismo.

4.4 MORADIA

O déficit habitacional em Santa Catarina é de mais de 260 mil moradias.

Defendemos:

- Regularização das ocupações e oferecimento de alternativas de moradia digna para quem vive em áreas de risco. Não à repressão das ocupações.
- Planos Diretores municipais construídos democraticamente, com recuperação de áreas

degradadas e preservação de áreas verdes.

- Dar função de moradias populares a prédios, casarões e edificações inutilizadas por mais de 2 anos, destinados ao aluguel social por preço nunca superior a 1/3 da renda. Não à venda de imóveis públicos.
- Criar uma empresa estatal de obras para construção de moradias populares e infraestrutura a baixo custo.
- Contra a construção de moradias populares em locais remotos e sem infraestrutura, como o "Minha Casa Minha Vida". Garantir transporte, asfaltamento, saneamento e demais serviços nos bairros já existentes.

4.5 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Defendemos:

- Ampliação dos recursos orçamentários para a área;
- Reestruturação dos CRAS e CREAS como espaços que fortaleçam as lutas coletivas;
- Criação de espaços de controle social para decisões coletivas sobre a política;
- Qualificação na implantação do SUAS;
- Fim da terceirização, com contratação por concurso público;
- Valorização do profissional de assistência social, com salário digno e plano de carreira;
- Criação de casas-abrigo para mulheres e crianças vítimas de violência doméstica;
- Investimentos em equipes interdisciplinares para acompanhamento de crianças vítimas de exploração sexual;
- Políticas geradoras de trabalho com empregos formais e políticas sociais universais;
- Instituir cesta básica mensal para famílias necessitadas, e restaurantes populares em bairros vulneráveis.

4.6 EM DEFESA DAS REFORMAS URBANA E AGRÁRIA. EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE

- Reforma urbana ampla e radical, destinando terrenos e imóveis de especuladores para famílias sem teto.
- Reforma de ruas, praças, parques; iluminação, wi-fi gratuita, infraestrutura de áudio e vídeo, atividades culturais e esportivas permanentes.

- Reforma agrária, já! Defesa do emprego, salários e direitos para operários agrícolas; crédito barato para pequenos produtores.
- Fim do desmatamento; defesa da fauna, flora e rios.
- Revolução agrária, já! Estatização sob controle dos trabalhadores do agronegócio voltado ao mercado internacional.
- Estatização sob controle dos trabalhadores das grandes empresas que cometem crimes ambientais.
- Plano de saneamento ambiental estadual, debatido em conselhos populares, para universalização do acesso.
- Não à privatização da CASAN e da água; por uma CASAN 100% estatal e controlada democraticamente pelos trabalhadores; não à privatização da coleta de lixo.

4.7 TRANSPORTE COLETIVO, INFRAESTRUTURA E ACESSIBILIDADE

4.7.1 Transporte Coletivo:

- Tarifa única valendo o dia todo, redução da tarifa rumo à tarifa zero, mais linhas e horários, integração intermunicipal;
- Estatização do transporte coletivo sem indenização e sob controle de trabalhadores e usuários;
- Estabilidade no emprego e valorização dos trabalhadores do transporte, admissão de cobradores;
- Investimento em alternativas de transporte público (marítimo, sobre trilhos) e ciclovias seguras, todos 100% públicos e gratuitos.

4.7.2 Infraestrutura:

- Construção de nova rodovia ligando o norte do estado ao Contorno Viário de Florianópolis;
- Verbas para duplicações necessárias das rodovias estaduais; fim dos pedágios e reversão das privatizações;
- Investimentos em ferrovias e transporte marítimo; aplicação anual de 2% do PIB nos transportes, respeitando terras indígenas e quilombolas;
- Projeto de ferrovias para transporte de cargas e passageiros por todo o estado.

4.7.3 Acessibilidade às Pessoas com Deficiência:

- Verbas e projetos de acessibilidade em espaços, mobiliários, transportes e comunicação;
- Cotas em concursos públicos para pessoas com deficiência; investimento em Educação e Saúde 100% públicas.

4.8 PREVENÇÃO DAS ENCHENTES E DE OUTRAS TRAGÉDIAS NATURAIS E SOCIAIS

Defendemos:

- Verbas para plano de obras de infraestrutura e saneamento ambiental, moradia popular, drenagem e desassoreamento de rios, sistemas de alerta e mais investimentos em defesa civil;
- Estabilidade no emprego, isenção de impostos e taxas por pelo menos 2 anos, e reconstrução de casas subsidiada pelo poder público para atingidos;
- Formação de comitês por bairro e populares para coordenar a ajuda aos atingidos;
- Imóveis de especuladores com 5 ou mais propriedades destinados emergencialmente ao abrigo de famílias desabrigadas.

4.9 CULTURA, ESPORTE, LAZER E ARTE LIVRES

Defendemos:

- Suspensão do pagamento da dívida pública e auditoria para aumentar o orçamento da Cultura, com concursos públicos para o setor;
- Plano de Obras Públicas para museus, cinemas, teatros, bibliotecas, arquivos e centros culturais nos bairros populares;
- Reparações aos negros e indígenas, restituição de bens históricos, artísticos e culturais;
- Acessibilidade em todos os espaços educacionais e culturais;
- Plano de obras públicas para ginásios poliesportivos e áreas verdes em bairros populares;
- Escolas públicas com anfiteatros e quadras poliesportivas, educação artística obrigatória no currículo;
- Defesa de toda a liberdade em arte e cultura; fim da criminalização de manifestações

culturais populares (hip-hop, slams, maracatu);

- Defesa das formas independentes de organização dos artistas;
- Defesa dos grupos amadores e independentes;
- Preservação do patrimônio histórico com verbas públicas;
- Fim dos monopólios privados de produção cultural; estatização de grandes centros culturais, museus e galerias, sem indenização, geridos pelos trabalhadores; fim da lei Rouanet;
- Incentivo, com verbas, a produções que tratem da herança indígena, negra e de outros grupos étnico-raciais oprimidos.

4.10 TURISMO

- Garantir acesso dos trabalhadores à própria cidade com transporte de qualidade e emprego;
- Contra o modelo de turismo baseado em grandes empreendimentos que degradam o meio ambiente; combate ao turismo sexual;
- Abertura de concurso público na área;
- Imposto sobre leitos ocupados da rede hoteleira para financiar moradias populares;
- Estatização sob controle dos trabalhadores, sem indenização, de empreendimentos que cometerem crimes ambientais ou incentivarem o turismo sexual;
- Incentivo ao turismo que respeite o meio ambiente e garanta boas condições de trabalho; incentivo a colônias de férias de sindicatos;
- Incentivo público a festas locais e populares; contra a privatização da cultura popular.

4.11 SEGURANÇA PÚBLICA

Defendemos a legalização das drogas e seu controle estatal para acabar com o narcotráfico, com campanhas de saúde pública e centros de recuperação públicos e gratuitos.

Desmilitarização da Polícia Militar: defendemos a unificação das polícias estaduais numa única polícia civil, com direito à organização sindical e eleições para chefes de polícia, fim de regimentos disciplinares anteriores à Constituição de 1988.

Defendemos:

- Plano de segurança pública inseparável de investimentos sociais, emprego e renda;
- Desmilitarização da polícia militar e criação de polícia civil unificada com controle democrático dos trabalhadores e do povo pobre, e direito de organização sindical;
- Fim de toda política racista de genocídio da juventude negra e de higienização social;
- Fim da repressão aos movimentos sociais e às lutas da classe trabalhadora;
- Legalização das drogas e controle estatal para acabar com o narcotráfico; centros de recuperação públicos, humanizados e gratuitos;
- Valorização dos servidores da segurança pública, com melhores salários e redução da jornada;
- Fim do machismo nos concursos da PM-SC: vagas de ampla concorrência entre homens e mulheres;
- Cotas étnico-raciais nos concursos para a PM-SC.

4.12 CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DA POBREZA

- Fim da repressão às batalhas de hip-hop e Slams de poesia;
- Revogação da Lei Antiterrorismo e das medidas de garantia da lei e da ordem;
- Apuração e punição rigorosa dos assassinos e mandantes do assassinato de Marielle Franco;
- Punição a todos os torturadores da ditadura militar e aos que usam essa prática em delegacias e presídios;
- Fim dos serviços de segurança como a ABIN e o P2 na PM, utilizados contra quem luta contra injustiças.

4.13 PELO FIM DA CORRUPÇÃO

- Prisão de todos os corruptos e corruptores e confisco de seus bens;
- Fim dos privilégios dos políticos, com mandatos revogáveis e salário igual ao de um professor ou operário especializado;
- Estatização sob controle dos trabalhadores das grandes empresas envolvidas em corrupção;

- Fim do sigilo fiscal, telefônico e bancário de políticos e empresários envolvidos em corrupção.

4.14 CONTRA O MONOPÓLIO DA MÍDIA

Defendemos:

- Chega de dinheiro para os grandes oligopólios da mídia;
- Auditoria e quebra do sigilo dos contratos de concessões públicas para grandes emissoras de TV e rádio;
- Incentivo às rádios comunitárias e à produção de áudio e vídeo nos bairros populares;
- Cotas étnico-raciais em todas as produções audiovisuais;
- Universalização do acesso à internet rápida e gratuita;
- Acesso à concessão de rádio e TV para sindicatos, associações de bairros e movimentos sociais.

4.15 ESTATIZAÇÃO DAS 100 MAIORES EMPRESAS DO PAÍS. ESTATIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO SOB O CONTROLE DOS TRABALHADORES. FIM DAS REMESSAS DE LUCROS AO EXTERIOR

- Estatização das 100 maiores empresas, sob controle dos trabalhadores, para produzir de acordo com as necessidades da população;
- Proibição das remessas de lucros e estatização das grandes multinacionais e do agronegócio, incluindo os bancos, sob controle dos trabalhadores;
- Estatização do sistema financeiro, centralizado num banco que garanta financiamento ao pequeno empresário e produtor, e o desenvolvimento público, científico e tecnológico;
- Impostos sobre grandes fortunas e modelo tributário progressivo, priorizando a tributação da renda e do patrimônio.

4.16 POR UM GOVERNO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES FORMADO POR CONSELHOS POPULARES!

A campanha do PSTU quer ser um ponto de apoio para as lutas e a organização da classe operária, dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre. Defendemos um governo dos trabalhadores, sem os ricos e poderosos, formado por conselhos populares,

que deliberem e fiscalizem 100% do orçamento público, eleitos nas periferias, nos locais de trabalho e de estudo.

O PSTU não aceita dinheiro de empresas e é financiado pela classe trabalhadora e pelo povo pobre.